

Dores da Descolonização no Portugal pós-colonial¹

Fátima da Cruz Rodrigues

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ABSTRACT

This article starts from the story of Rui, the son of a former African combatant who, after having fought within the Portuguese Armed Forces during the Guinea-Bissau War of Independence, was arrested and disappeared. Comparing the meanings that Rui attributes to his father's disappearance with other narratives transmitted in the public sphere about the colonial war, this analysis reveals that there are pains attributed to decolonization that result not only from the losses that the end of the war caused, but also from the way these losses have been interpreted and managed in post-colonial Portugal.

Keywords: Post-memory; Colonial War; Former African Combatants of the Portuguese Armed Forces; remembrance ceremonies.

Este artigo parte da história do Rui, filho de um antigo combatente africano que, depois de ter combatido no seio das Forças Armadas Portuguesas durante a guerra de independência da Guiné-Bissau, foi detido e desapareceu. Comparando os significados que o Rui atribui ao desaparecimento do seu pai com outras narrativas veiculadas na esfera pública sobre a guerra colonial, esta análise revela que há dores atribuídas à descolonização que decorrem não apenas das perdas que o fim da guerra provocou, como também da forma como essas perdas têm sido interpretadas e geridas no Portugal pós-colonial.

Palavras Chave: Pós-memória; Guerra Colonial; Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas; cerimónias rememorativas.

¹ Este artigo resulta do trabalho desenvolvido pelo projeto MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-memórias Europeias, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato nº 648624).

Introdução

O Rui é filho de um combatente que lutou no seio das Forças Armadas Portuguesas (FAP) durante a guerra colonial. O seu pai desapareceu depois de ter sido detido na Guiné-Bissau independente. Este texto parte da entrevista dada pelo Rui, no dia 1 de agosto de 2018, na Associação dos Deficientes das Forças Armadas, no âmbito do projeto MEMOIRS - Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias². Esta interpretação é, por sua vez, comparada com outras narrativas veiculadas em cerimónias públicas de rememoração sobre a guerra que Portugal travou com as suas antigas colónias entre 1961 e 1974, as quais foram objeto de observação. A análise desenvolvida revela que o discurso da pós-memória se traduz numa interpretação que denuncia privações associadas à descolonização que, apesar de serem lembradas na esfera pública do Portugal pós-colonial, não têm sido traduzidas em medidas de reconhecimento oficiais capazes de as representar.

Esta reflexão remete incontornavelmente para a problemática da pós-memória, um conceito proposto por Marianne Hirsch para designar os efeitos dos traumas coletivos nos sujeitos que não os experienciaram diretamente por pertencerem a uma geração posterior à das vítimas diretas da experiência traumática (2008). Interpretar as memórias da guerra colonial no Portugal pós-colonial seguindo a leitura de um filho de um antigo combatente africano das FAP, remete para uma relação com o passado que, retomando as palavras de Hirsch, "is thus not actually mediated by recall but by imaginative investment, projection, and creation" (2018, p. 107). Trata-se de uma ligação com o passado que corresponde a uma relação condicionada por múltiplas interferências, desde as que procedem da família, até outras que derivam de instituições sociais as quais, de uma forma mais ou menos formal, e em espaços públicos e privados, transmitem memórias a gerações que não viveram diretamente a experiência rememorada. Por isso, esta reflexão implica também ter em consideração abordagens que problematizam as narrativas públicas sobre o passado enquanto reconstruções do que se deseja reter, decorrentes de dinâmicas de poder configuradoras das políticas da memória³.

² No total foram realizadas 169 entrevistas para recolher dados sobre as memórias herdadas pelos filhos e netos da geração que viveu os processos de descolonização de territórios dominados por Portugal, França e Bélgica no continente africano.

³ Sobre estas dinâmicas de poder, consulte-se Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1997), Michael Pollak (1989), Donald Bouchard, Sherry Simon e Michel Foucault (1977), e Richard Johnson e Graham Dawson (1982).

Da africanização da guerra à desmobilização dos africanos das Forças Armadas Portuguesas

Rui nasceu em Bafatá, no dia 29 de novembro de 1970, na Guiné-Bissau ainda sob o domínio colonial português. Nasceu sete dias depois de uma operação particularmente polémica da guerra colonial travada a partir do território da Guiné-Bissau, a operação Mar Verde⁴. O pai do Rui nasceu em Bissau, onde residia o seu avô Cabo-Verdiano. Avô que, segundo contaram ao Rui, foi assassinado no início da luta armada contra o colonialismo português na Guiné-Bissau. Segundo lhe foi dito, no dia 23 de janeiro de 1963, forças que seriam do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) prenderam o seu avô, “levaram-no para o meio do mato e assassinaram-no brutalmente”. Poucos dias antes do início da guerra civil da Guiné, a 7 de junho de 1998, quando o Rui estava a trabalhar na campanha da castanha de caju, uma senhora idosa disse-lhe que sabia onde estava enterrado o seu avô. Rui lembra-se de crescer a ouvir essa história, bem como as que lhe foram contando sobre o desaparecimento do seu pai e a morte do seu tio. São histórias contadas pela sua família e por outras pessoas com quem se foi cruzando ao longo da sua vida.

Tal como muitos outros homens de origem africana, o pai e o tio do Rui lutaram no seio das Forças Armadas da nação colonizadora contra as forças independentistas dos territórios onde nasceram. Entre 1961 e 1974, Portugal procedeu a uma africanização crescente das suas Forças Armadas em Angola, em Moçambique e na Guiné-Bissau. Em termos globais, os dados disponíveis indicam que, entre 1961 e 1973, aproximadamente um terço dos efetivos totais mobilizados para a Guerra faziam parte do recrutamento local, isto sem contar com as forças chamadas irregulares ou auxiliares⁵. Cada território apresentou especificidades quanto ao recrutamento local, quer no que respeita o tipo de forças envolvidas, quer quanto ao número de efetivos recrutados ao longo da Guerra mas, no final dos conflitos, o recrutamento local representava valores muito próximos dos 50% de combatentes presentes nos três territórios (Gomes, 2014, p. 127)⁶.

⁴ Esta operação militar, que decorreu na Guiné-Conacri, tinha como objetivos derrubar o regime do presidente Sékou Touré e resgatar vários militares portugueses presos naquele país. Consultar António Luís Marinho (2005).

⁵ Ver análise da africanização da guerra em John Cann (2005), e consultar os dados disponíveis em Portugal. Estado Maior do Exército (1988). Apesar da utilidade desta obra, sobretudo quanto aos dados estatísticos que oferece, importa remeter, como chama a atenção Michel Cahen, para alguns problemas que suscita tais como a presença de mitos relativos à legislação e à questão racial, a ausência de referências a insurreições e massacres, entre outros, o que revela, segundo o mesmo autor, que se trata de uma obra de “auto-legitimação de *toda* a política colonial” (1991: 67).

⁶ Para conhecer essas especificidades consulte-se Pedro Pezarat Correia (2000).

A partir dos acordos⁷ que estabeleceram definitivamente as independências de Angola, da Guiné-Bissau e de Moçambique, os africanos que se encontravam, na época, integrados nas FAP foram desmobilizados. Essa desmobilização, bem como a posterior integração dos antigos combatentes nos novos Estados africanos, assumiu contornos diferentes conforme um conjunto de circunstâncias e de condições prevalentes nos três territórios, quer ao longo das guerras quer nos primeiros anos das suas independências. As particularidades dos movimentos de libertação em cada território africano durante as guerras de libertação e as negociações para a transferência de poderes, assim como a luta pela conquista do poder nos Estados africanos independentes, protagonizada por grupos rivais, foram duas dessas condições. A necessidade de apressar as negociações – derivada quer de circunstâncias particulares de cada um dos territórios africanos, quer da realidade política que se vivia em Portugal e das pressões internacionais a que estes estavam sujeitos -, também não pode ser ignorada sobretudo no que diz respeito aos processos de desmobilização dos combatentes africanos. Além desses fatores, os papéis e sobretudo o destaque que foram atribuídos aos combatentes africanos das FAP na defesa da manutenção da presença colonial portuguesa durante a Guerra também contribuíram para as situações que viveram alguns desses homens nos seus territórios de origem⁸.

Em termos gerais, durante as negociações com os movimentos de libertação as delegações portuguesas mostraram preocupar-se com a situação em que ficariam esses antigos combatentes africanos, mas a solução que acabou por se sobrepor a qualquer outra foi a de deixar esses homens nas suas terras natais, mesmo sabendo que o mais provável seria virem a sofrer retaliações por parte das populações e, sobretudo, por parte dos poderes instituídos. A forma como se ponderou a situação dos antigos combatentes africanos não é, ao mesmo tempo, alheia à realidade política portuguesa da época, nem tão pouco à forma como decorreu o processo de descolonização dos territórios africanos⁹.

A Guiné-Bissau, onde o pai do Rui combateu, foi o primeiro território a conquistar a sua independência de Portugal, a 10 de setembro de 1974, quase um ano após o PAIGC a ter proclamado unilateralmente, depois de uma guerra que teve início a 23 de janeiro de 1963. Embora o processo de negociação da transferência de poderes tenha sido menos controverso do que o de Moçambique e sobretudo o de Angola, em contrapartida foi o território onde a desmobilização

⁷ Angola: Acordo de Alvor assinado a 15 de janeiro de 1975; Moçambique: Acordos de Lusaca, assinado a 7 de setembro de 1974; Guiné-Bissau: Acordo de Argel assinado a 25 de agosto 1974.

⁸ Para conhecer pormenores relativos à desmobilização dos combatentes africanos consulte-se Fátima Rodrigues (2013), Joseph Cervelló (1998), João Paulo Coelho (2002), Ana Leão e Martin Rupiya (2005), entre outros.

⁹ Acerca das negociações e dos resultados das mesmas consulte-se Fátima Rodrigues (2013; 2017).

dos soldados africanos registou mais problemas. A importância dada às tropas africanas durante a guerra, e que servia muito particularmente os interesses federalistas de António Spínola ao promover a ideia de que eram os próprios homens de origem guineense que lutavam a favor da manutenção da presença portuguesa contra um movimento de libertação – o PAIGC – que era oportunamente identificado com uma força oriunda de Cabo-Verde que pretendia ocupar o território, terá, assim, contribuído para que alguns destes homens tenham sido perseguidos, detidos e executados nos primeiros anos da Guiné-Bissau independente¹⁰.

Memórias dolorosas

O pai e o tio do Rui são dois dos antigos combatentes das FAP que foram perseguidos, detidos e executados na Guiné-Bissau logo após a sua independência. A narrativa do Rui transita entre as memórias que foi recebendo e apropriando sobre a história do seu pai e do seu tio transmitidas na esfera familiar, por um lado, e as interpelações que vai colocando à esfera pública quanto à forma como se tem reconhecido oficialmente a participação desses antigos combatentes na Guerra, pelo outro. Uma narrativa em que se destacam as dores que a descolonização lhe tem provocado e que não atribui apenas ao que significou e continua a significar a perda do seu pai e do seu tio. São dores provocadas também pela ausência de reconhecimento dos antigos combatentes africanos no Portugal pós-colonial. Toda a narrativa do Rui é construída em função do desaparecimento do seu pai e do seu tio, lembrando pontualmente outros desaparecidos como forma de comparar as suas perdas, privações e provações, com as de outros filhos e familiares de antigos combatentes africanos das FAP.

No início da sua entrevista, antes de responder a qualquer questão, o Rui fez questão de mostrar documentos e objetos que lhe recordam o seu pai. Rui afirmou que não destacava nenhum deles como sendo o mais importante e revelou que “eu às vezes há uns dias que eu fico ali, a ver as fotografias, a ler aquelas escritas e, para mim tudo, tudo o que está ali, tudo é especial”. Contudo, no dia da entrevista, o primeiro documento que quis mostrar foi a guia de marcha que indica que o seu pai é encaminhado para a prisão. Confessou que esse documento o marcou particularmente, sobretudo porque considera que o pai, tal como outros antigos combatentes africanos das FAP, acreditou na reconciliação e que estaria convencido que iria integrar o exército da Guiné-Bissau, depois da independência. Para organizar a sua narrativa o Rui recorre a fotografias do seu pai e de outros combatentes das FAP, a documentos militares da época colonial, a cartas trocadas

¹⁰ Sobre estas suspeitas e os problemas de desmobilização desses combatentes consulte-se Fátima Rodrigues (2013, 2017).

entre combatentes onde consta o nome do seu pai, e a objetos como a medalha Cruz de Guerra de 4ª classe atribuída ao seu pai pelo seu desempenho na guerra.

São arquivos de memórias guardados pela sua avó que, como o Rui realçou, conservou tudo o que lhe restava dos seus filhos desaparecidos. Rui relatou que a sua avó até guardava as roupas do seu pai e do seu tio que “todas as sextas-feiras tirava [...] para apanhar o sol. Depois nós íamos e então ela estava-nos a explicar: ‘Essa é a camisa do teu pai, esse é o sapato, essa é a calça’. E ela explicava, explicava”. Para o Rui, estes materiais residuários representam o seu pai de quem quase não tem memórias pessoais, ao mesmo tempo que constituem as provas, para ele inquestionáveis, da sua participação na guerra.

Para o Rui é sempre muito doloroso lembrar o seu pai, mas não lhe é menos doloroso recordar a história do seu tio: “Sinto muito, sinto muito. Me dói quando lembro do meu pai. Mas o que me dói mais é do meu tio”. Rui contou que tinha quase cinco anos quando o seu pai foi preso, e que a última memória pessoal que tem dele é a de ter entrado numa carrinha para o ir visitar a Gabu, onde ele estava detido. Não se recorda de o ter visto e por isso até julga que “se calhar não me levaram e me deixaram em casa. E o meu pai ficou lá”. Em relação ao seu tio, lembra-se das histórias que foi ouvindo sobre a brutalidade da sua morte: “Não sei como, assassinaram ele. Mas ouvi falar, era de pau [...], enterraram vivo [...]. De uma forma brutal, brutal. [...] Eu não entendo. Uma pessoa que fugiu de um momento de fuzilamento, não mostrou resistência e estava ferido, não valia a pena matar aquele senhor. Sobretudo os elementos dos Comandos Africanos, tinham entregado farda, tinham entregado tudo. Os Comandos já tinham vontade para que a Guiné chegasse a uma reconciliação verdadeira. Só que o PAIGC não queria, o PAIGC já tinha essa ideia de fuzilar todos os comandos”.

Rui conhece essas histórias sobretudo através da sua avó, mãe do seu pai e do seu tio.

Eu falei muito, muito, muito com a minha avó! Eu fazia perguntas, ela me respondia. Porque nós estávamos ligados à nossa avó. [...] eu e os meus primos perguntávamos: ‘Então, avó, os nossos pais, vão voltar ou não vão voltar?’. Às vezes ficava com aquele sorriso, ficava ali. Porque ela nunca acreditou na morte do meu pai. Nunca acreditou. Dizia que estava de vida. [...]. E ela respondia: ‘Depois a gente fala’. [...] A nossa avó não acreditou se na verdade os filhos dela não estão de vida. E sempre dizia que os dois estão de vida. ‘Estão em qualquer sítio’. É triste, é triste. [...] Ela tinha sempre essa coisa na cabeça. Mas depois explicava, explicava. Às vezes quando estava alegre nos explicava como é que aconteceu e é triste.

Deste modo, a transmissão da história do seu pai e do seu tio faz-se sobretudo na esfera familiar, com base em objetos e histórias que correspondem a

arquivos materiais e imateriais que catapultam memórias em relação a quem desapareceu, e substituem a sua ausência. Ao mesmo tempo, os objetos, em particular, preenchem silêncios de quem transmite a memória, o que parece corresponder à reflexão de Roberto Vecchi segundo a qual o campo da pós-memória é “uma ocasião de reflexão sobre a memória e uma tentativa – máscara ou fetiche - de “suprir as suas lacunas, preencher as suas incontáveis perdas” (2015, p. 35). O Rui revela como a expressão e a transmissão dessas perdas resulta da sua trajetória de vida envolvida em múltiplas relações sociais (Halbwachs, 2006) profundamente marcadas pelo desaparecimento do seu pai. A sua mãe falou-lhe pouco do seu pai. Isto porque, algum tempo depois do seu desaparecimento, o Rui, a sua irmã, o seu irmão e os seus primos (filhos do seu tio) ficaram a viver com a avó paterna, porque a sua mãe regressou a Bissau para a casa dos seus pais. A forma como a sua avó experienciou os efeitos da participação do seu filho na guerra medeia e alimenta a construção da narrativa do Rui. Ao recordar o que a avó experienciou, o Rui também expõe as dores dos outros provocadas pela descolonização. Para o Rui

a nossa avó era mãe, pai. Avó era tudo, tudo, tudo. Era uma senhora, era, ela era forte, forte mesmo. Porque ela resistiu, porque naquela época quem era dos Comandos [Africanos das FAP] era mal visto. [...] Chamavam de traidores, chamavam de tudo. Tudo. Só que a minha avó não ligou a isso. Ouvia as indiretas dos vizinhos, o que falavam, mas é normal. [...]. Mas não são, não são os traidores da pátria. Simplesmente cumpriram o juramento de bandeira. Porque, naquela época, o serviço militar era obrigatório. E juraram a bandeira e tinham de cumprir. Mas depois, até agora chamam de traidores.

Rui é da opinião que, depois do 25 de Abril de 1974, o PAIGC podia ter criado uma estrutura de reconciliação e assim ter evitado o fuzilamento de pessoas integradas nas FAP durante o período colonial. Ao mesmo tempo é da opinião que Portugal não foi capaz de gerir a desmobilização dos antigos combatentes de origem guineense das FAP e que poderia ter evitado os fuzilamentos se não os tivesse deixado na Guiné. Deste modo, o Rui não se limita a recordar o seu pai. Ele atribui a responsabilidade da morte dos seus familiares às forças envolvidas na transferência de poderes decorrentes da descolonização. Além disso, ao longo da sua interpretação vai reivindicando que as mortes do seu pai e do seu tio deveriam ser reconhecidas pelo Estado português como o resultado da sua participação na guerra enquanto combatentes das FAP e alarga essa reivindicação a todos os combatentes africanos das FAP que, no final da Guerra, sofreram as mesmas consequências.

Em termos de reivindicações, o Rui apela para um problema que é comum entre os familiares de antigos combatentes desaparecidos na Guiné-Bissau. Trata-

se do direito à pensão de sangue que é atribuído às esposas de combatentes que morreram durante a Guerra. O Rui reside em Portugal desde dezembro de 2001 e esperava conseguir que atribuíssem essa pensão à sua mãe, decorrente da morte do seu pai pelos serviços prestados a Portugal. No dia 1 de agosto de 2017, precisamente um ano antes da entrevista que nos concedeu, a mãe do Rui faleceu sem nunca ter conseguido receber essa pensão. Rui não entende porque não concederam esse direito à sua mãe, apesar de reconhecer que o seu pai desapareceu depois da independência e de ter sido desmobilizado das FAP. Isto porque, segundo argumenta, “[...] foram assassinados porque defenderam uma terra portuguesa. Porquê? Por causa disso. Defenderam a bandeira portuguesa, porque se não fosse isso não assassinavam eles. [...] E, portanto, o Estado Português tinha que repensar e analisar a situação”.

Rui não sabe onde está o corpo do seu pai. Supõe que estará numa floresta em Bambadinca. É que, ao contrário de outros antigos combatentes das FAP descobertos numa vala comum na Guiné-Bissau, depois do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980, o corpo do pai do Rui, ainda não foi encontrado¹¹. Rui era uma criança nessa época, mas recorda desta forma esses acontecimentos: “Porque me lembro muito bem, naquela época, [...] porque o 14 de novembro de 80 faltava alguns dias para eu fazer dez anos. [...] eu me lembro de que até perguntei para minha avó: ‘Mas e então e os nossos pais?’ E ela não me respondeu nada. Não respondeu”. A dor que sente por não saber onde estão os corpos do seu pai e do seu tio é a principal razão que Rui apresenta para justificar o facto de anualmente participar no Encontro Nacional de Combatentes que decorre no dia 10 de junho, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar. Este Monumento foi inaugurado vinte anos depois do final da Guerra. Segundo a comissão executiva encarregada do projeto, este Monumento “foi construído em homenagem a todos aqueles que tombaram ao serviço da Pátria durante a Guerra do Ultramar (1961 a 1974)” para “1) Cumprir um acto de justiça, de homenagem àqueles que, como Combatentes, serviram Portugal no ex-Ultramar português; 2) Exercer uma acção cultural e pedagógica de exaltação do amor a Portugal; 3) Traduzir de uma forma simples, mas duradoura e pública, o reconhecimento de Portugal a todos esses combatentes” (Liga dos Combatentes: s/d).

Para entendermos a importância desta cerimónia para o Rui é importante saber-se que em Portugal, apesar dos milhares de africanos que pertenceram às

¹¹ Sobre a descoberta dessa vala comum consultem-se os artigos do Nô Pintcha de 24 de novembro 1980 com o título "Guiné- Bissau na hora di cambança" que refere que foi encontrada uma vala comum com opositores de Luís Cabral e, no mesmo jornal, do dia 29 de Novembro de 1980, uma lista com nomes dos indivíduos considerados fuzilados. Na imprensa portuguesa vejam-se os artigos de Eduardo Dâmaso e Adelino Gomes (1996) e a obra de Manuel Bernardo (2007: 226-227).

FAP, nenhuma homenagem específica lhes é dedicada, ao contrário, por exemplo, à homenagem nacional prestada aos combatentes de origem argelina que combateram no seio das Forças Armadas Francesas durante a guerra de independência da Argélia¹². Isto não significa, contudo, que a participação desses homens na guerra seja ignorada. Por exemplo, nos discursos pronunciados na cerimónia nacional dos antigos combatentes, que decorre todos os anos no dia 10 de junho desde a inauguração do Monumento aos Combatentes do Ultramar no dia 15 de janeiro de 1994, os combatentes africanos são lembrados. Além de lembrados nesses discursos, o Monumento aos Combatentes do Ultramar também lhes presta homenagem: entre os 9273 nomes de soldados mortos em combate inscritos no memorial nacional, numerosos nomes africanos que o compõem não passam despercebidos. Outras cerimónias mais restritas também os têm lembrado. Foi o caso de uma cerimónia particularmente significativa em relação aos combatentes africanos das FAP da Guiné. No dia 29 de junho de 2007, duas lápides com os nomes dos comandos africanos executados foram depostas nos jardins do Regimento de Comandos e posteriormente trasladadas para o Quartel da Carregueira, para onde passou o Centro de Tropas Comandos. Desde o dia 14 de novembro de 2009, ou seja, aproximadamente trinta e cinco anos após o final das últimas guerras coloniais de Portugal em África, os nomes desses homens foram somados aos de outros milhares de antigos combatentes das FAP que já constavam nas lápides nominativas que forram as muralhas do Forte do Bom Sucesso em frente ao Monumento Nacional aos Combatentes do Ultramar. Os nomes do pai e do tio do Rui estão inscritos nesse monumento e, por isso, o Rui faz questão de não faltar a nenhum Encontro Nacional de Combatentes. Por essa razão, esse memorial é muito especial para o Rui, que afirmou: “Este ano fui lá, estava lá. Até tirei uma fotografia com o Folques¹³ e com o meu filho”. E acrescentou: “Eu tinha que ir. Porquê? A gente nunca encontrou os restos mortais dos nossos pais. [...]. E ali para mim é o sítio que eu posso ir. E é triste, é triste”. Este ‘lugar da memória’ (Nora, 1984), bem como o regimento da Carregueira, são os lugares onde Rui diz que encontra o seu pai e onde leva o seu filho para lhe transmitir a sua história.

O Rui organiza a sua narrativa em função das dores que a perda do seu pai lhe provocou a ele e aos seus familiares. Apesar de ter uma recordação pouco concreta em relação à detenção e ao desaparecimento do seu pai, a sua narrativa está repleta de pormenores em relação às pessoas que considera terem estado implicadas na detenção e execução dos seus familiares, bem como em relação àquelas que terão intercedido para tentar protegê-los. São memórias familiares

¹² Trata-se da « Journée nationale d'hommage aux Harkis et autres membres des formations supplétives » que decorre a 25 de setembro em França.

¹³ Raúl Folques, foi comandante do Batalhão de Comandos da Guiné, que integrava três companhias de Comandos Africanos.

transmitidas principalmente na esfera privada, mas também memórias apresentadas na esfera pública: são histórias partilhadas durante as reuniões de antigos combatentes, apesar de circunscritas ao grupo de antigos combatentes e às suas famílias.

A par dos detalhes que preenchem a sua narrativa sobre a morte dos seus familiares, o Rui vai revelando a sua consternação em relação à forma como o Portugal pós-colonial tem tratado o desaparecimento dos antigos combatentes africanos das FAP.

O meu pai defendeu a bandeira Portuguesa. Foi combatente. [...] Portugal tinha de falar, reconhecer, ele tinha que falar desses homens. Tinha que falar, não só do meu pai, ou do meu tio, tinha que falar desses homens todos. Sobretudo esses que foram assassinados depois da Independência.

Este discurso de tipo reivindicativo circunscreve-se à esfera e ação pessoais. São reivindicações que se traduzem na solicitação de direitos atribuídos às esposas e aos filhos de antigos combatentes das FAP mas que, até à data, no que respeita aos filhos dos antigos combatentes africanos, não se materializaram em ações mobilizadoras da esfera pública. No caso do Rui, os silêncios por parte das autoridades portuguesas em relação às suas reivindicações, constituem a outra face do seu sofrimento. À dor das perdas do seu pai e do seu tio soma a dor de verificar que o Portugal pós-colonial não reconhece oficialmente a morte dos seus familiares como uma consequência da sua participação na Guerra. A mãe do Rui não obteve qualquer direito que o Rui reivindicou a seu favor. O Rui condena o Estado português por não lhe atribuir esse reconhecimento e, por isso também, o único que lhe resta são os monumentos e as cerimónias que guardam, no tempo e no espaço, o nome dos seus familiares associados à sua participação na guerra. São os nomes de africanos ao lado dos portugueses, enquanto portugueses que foram naquela época colonial; nomes que provam que os seus pais morreram nessa guerra porque combateram em África no seio das FAP.

Contudo o que a análise empreendida às cerimónias de rememoração da guerra revela, quando comparada com a narrativa do Rui, é que o significado que ele atribui às rememorações da guerra colonial não coincide com o que elas representam na esfera pública, o que parece ir ao encontro da perspetiva de António Sousa Ribeiro e de Margarida Calafate Ribeiro segundo a qual

a intensidade das muitas declinações das memórias privadas, muitas vezes de segunda e terceira geração, não encontra correspondência na concomitante consolidação de uma memória pública robusta, capaz de articular pontos de convergência que permitam a construção de uma esfera pública crítica[...]"(2016, p.7).

Na realidade, na esfera pública o que as cerimónias e os monumentos transmitem sobre o passado dos antigos combatentes africanos às gerações futuras reduz-se à sua assimilação nas representações dos combatentes portugueses na guerra. Com exceção da cerimónia que lhes foi exclusivamente dedicada em 2007, as experiências particulares desses homens na guerra tendem a dissolver-se nas representações mais gerais construídas predominantemente em relação à representação do combatente português. Este processo de dissolução parece corresponder ao “esquecimento assimilatório” segundo o qual a transição de um grupo a outro, na ótica de Jan Assman, pode ser acompanhada por um imperativo de esquecimento das memórias conectadas com a identidade original (2016, p. 122). Processo que não parece incomodar o Rui. Pelo contrário, o Rui não deixa de se identificar com essas cerimónias e com os discursos que nelas dominam. Nesses ‘lugares da memória’ (Nora, 1984), onde estão gravados os nomes dos combatentes que morreram por causa da guerra, o Rui encontra o seu pai e o seu tio desaparecidos. Além disso, nessas memórias encontra filhos de outros combatentes que sofreram problemas semelhantes ao seu e convive com antigos combatentes que conheceram o seu pai. O Rui pertence a essa “comunidade de memória” (Pickering e Keightley, 2012) produto de processos de transmissão “multidirecionais”(Rothberg, 2009) que segundo António Sousa Ribeiro e Margarida Calafate Ribeiro decorrem

no seio de situações ambivalentes de tensão e de conflito em que cada sujeito procura lançar mão de referências que são necessariamente heterogêneas, mas que, do seu ponto de vista, podem sustentar um modo produtivo de relacionamento com um passado que surge como relevante para a afirmação da sua identidade (2013, pp. 31-32).

Ao identificar-se com as experiências partilhadas entre os que sobreviveram à guerra e às suas famílias e ao aderir às cerimónias onde os que morreram são honrados para que a guerra que foi travada em África continue a ser lembrada no Portugal pós-colonial, a narrativa do Rui revela como a sua memória não é apenas o resultado de uma transferência de experiências de uma geração à outra no plano familiar. Trata-se de um processo através do qual “[...] the pasts of others are heard” (Pickering e Keightley, 2012, p. 128) e que remete para uma experiência do passado que deriva “from our own lives and from those who came before us in previous generations, and what we glean from both sources is reworked and resituated in an ever-changing present by the mnemonic imagination (*ivi*, pp.128-129).

O que o Rui denuncia é a ausência de reconhecimento por parte do Estado português em relação à participação do seu pai e do seu tio na guerra alargando

essa reivindicação a todos os combatentes que sofreram o mesmo destino com o fim do colonialismo na Guiné-Bissau. Deste modo, para o Rui, as cerimónias e os monumentos em honra dos antigos combatentes africanos são suficientes para lembrar os seus familiares desaparecidos, mas constituem apenas uma solução parcial e incompleta em relação às suas reivindicações pelo reconhecimento dos antigos combatentes africanos das FAP. Reivindicações que vai colocando ao longo da sua narrativa sob a forma de questões que dirige ao Estado português sem nunca, contudo, o acusar de ter abandonado o seu pai e o seu tio depois da independência, tais como: porque é que Portugal não trouxe o seu pai e o seu tio da Guiné quando terminou a guerra? Porque é que os antigos combatentes africanos das FAP não continuaram a ser portugueses depois da Guerra? Porque é que as esposas desses antigos combatentes não têm reformas e pensões de sangue pelo facto de os seus maridos terem morrido por terem servido Portugal? Porque é que se assiste a um silêncio oficial em relação a estas matérias? Estas questões revelam como o discurso do Rui, sustentado por um suporte emocional e inscrito em relações de poder, persegue necessidades e reivindicações relativas não apenas ao passado, mas também a condições que situa no tempo presente.

São estas as dores da descolonização que o Rui expressa ao longo da sua narrativa. Uma dor provocada pelo desaparecimento do seu pai e do seu tio, á qual soma a dor que o Portugal pós-colonial lhe provoca por não reconhecer oficialmente o papel que eles desempenharam na guerra. Uma dor que manifesta ao longo de toda a sua narrativa e que justifica assim: “porque isto fica na memória. Porque um filho a nascer sem conhecer o pai, ainda a ouvir a história como é que assassinaram o pai [...] isso fica. Porque eu, na verdade, quando lembro do meu pai, me dói, no fundo do coração. Me dói muito. Dói, e continua a doer. Mas, a vida é assim, é o destino”.

Breves considerações finais

A história do Rui revela que a sua pós-memória, isto é a memória sobre um passado que não experienciou, mas que lhe foi transmitido sobretudo na esfera familiar, assinala “une connexion au passé établie par une forme d’appropriation créative qui s’efforce de réactiver et de réincorporer des structures mémorielles distantes” (Ledoux-Beaugrand, 2013, p. 149). A forma como o Rui lembra a experiência vivida pelos que o precederam é um trabalho de preservação e de reconstrução de experiências que não viveu, mas que lhe foram transmitidas pela mediação de “stories, images, and behaviors among which they grew up” (Hirsch, 2008, p. 106). Este trabalho da pós-memória não é um processo passivo. A pós-memória do Rui não é apenas um recetáculo do que lhe foi transmitido na família. É antes uma “reinterrogação do passado a partir da dimensão privada” (Ribeiro,

2017, p. 201) que lhe permite interpelar o tempo presente posicionando-se quanto à forma como o Portugal pós-colonial tem tratado os antigos combatentes africanos das FAP. Trata-se de um processo que, no caso do Rui, se manifesta num esforço por encontrar lugares e comunidades que suportem as estruturas memoriais que lhe são distantes, que representem lugares de partilha da dor decorrente da guerra e que, de algum modo, constituam provas materiais e simbólicas de quem desapareceu e que apenas conhece pelos relatos dos outros.

Apesar de a análise dos discursos das rememorações da guerra no Portugal pós-colonial revelar que as memórias conectadas à identidade original dos antigos combatentes africanos tendem a dissolver-se nas representações gerais construídas em relação ao antigo combatente português das FAP, esse 'esquecimento assimilatório' não parece incomodar o Rui. Pelo contrário, para o Rui nesses 'lugares de memória', ele encontra o seu pai e o seu tio, encontra filhos de outros combatentes que sofreram problemas semelhantes ao seu e convive com antigos combatentes que privaram com os seus familiares desaparecidos. O Rui pertence a essa 'comunidade de memórias' que partilha das dores e do trabalho da perda provocadas pela guerra e que procura que esse conflito travado em África seja lembrado num Portugal onde a guerra colonial, segundo a perspectiva de Roberto Vecchi, é ainda um evento "[...] à procura de um nome, onde a incapacidade de nomeá-lo corresponde, num plano simbólico, a uma incapacidade de pensá-los como fundadores de uma memória compartilhada, ainda que traumática" (2015, p. 45). O gesto de memória do Rui supera o da figura do testemunho direto, titular da experiência que, no caso do seu pai e do seu tio, não podem falar porque desapareceram, substituindo o limite e a impossibilidade de os representar, por um posicionamento geracional que corresponde à figura do testemunho da geração daqueles que vieram depois.

Bibliografia

- ACORDO DE ALVOR. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. Página consultada em 2 de maio de 2009. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon21>.
- ACORDO ENTRE O GOVERNO PORTUGUÊS E O PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DE CABO-VERDE, Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon05>.
- ACORDO DE LUSACA. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra. <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon06>.
- ANEXO AO ACORDO ENTRE O ESTADO PORTUGUÊS E A FRENTE DE LIBERTAÇÃO

- NACIONAL DE ANGOLA – "FNLA", O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – "MPLA", E A UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOAL (SIC) – "UNITA".
<http://213.228.163.33/cd25a/ShowPdf.asp?id=562949953682354>
- ASSMAN, Jan. "Memória comunicativa e memória cultural", *História Oral*, 19, nº 1, 2016. (115-127).
- BERNARDO, Manuel Amaro. *Guerra, Paz e Fuzilamentos dos Guerreiros - Guiné 1970-1980*. Lisboa, Prefácio, 2007.
- BOUCHARD, Donald F, SIMON, Sherry e FOUCAULT, Michel. *Language, Counter-Memory, Practice: Selected Essays and Interviews*. New York, Cornell University Press, 1977.
- CAHEN, Michel. "Uma boa consciência colonial ainda necessária num país europeu moderno?", *Arquivo. Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, n.º9, abril 1991. (59-68).
- CANN, John P.. *Contra-Subversão em África: como os Portugueses fizeram a Guerra em África - 1961-1974*. Lisboa, Prefácio, 2005.
- CERVELLÓ, Joseph Sánchez. "La revolución portuguesa y la cuestión colonial", in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa, Edições Colibri, 1998. (77-106).
- COELHO, João Paulo B.. "African troops in the portuguese colonial army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique", *Portuguese Studies Review*, 10 (1), 2002. (129-150).
- CORREIA, Pedro Pizarat. "A participação local no desenvolvimento das campanhas. O recrutamento africano", in MOREIRA, Adriano et al. (orgs.) *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. S. Pedro do Estoril, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2000. (143-153).
- DÂMASO, Eduardo; GOMES, Adelino. "Falecidos por fuzilamento", *Público*, 30 de Junho. 1996. (47-53).
- GOMES, Carlos de Matos. "A Africanização na Guerra Colonial e as suas sequelas. Tropas Locais – os vilões nos ventos da história", in MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (orgs.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais. Alianças Secretas, Mapas Imaginados*. Coimbra: Almedina e CES, 2014. (123-141).
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo, Centauro, 2006.
- HIRSCH, Marianne. "The Generation of Postmemory", *Poetics Today*, 29(1), 2008. (103-128)
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

- JOHNSON, Richard; DAWSON, Graham. *What Do We Mean by Popular Memory?*, Birmingham: University of Birmingham, 1982.
- LEÃO, Ana e RUPIYA, Martin. «A military history of the Angolan Armed Forces from the 1960s onwards – as told by former combatants», in RUPIYA, Martin (ed.), *Evolutions & Revolutions: A Contemporary History of Militaries in Southern Africa*. Pretoria: Institute for the Security Studies, 2005. (7-41).
- LEDOUX-BEAUGRAND, Evelyne. « Les Restes d’Auschwitz : intertextualité et postmémorie dans Jan Karski de Yannick Haenel et C’est maintenant du passé de Marianne Rubinstein », *Études Françaises*, vol. 49, n° 2, 2013. (145-162).
- LIGA DOS COMBATENTES.
http://www.ligacombatentes.org.pt/upload/forte_bom_sucesso/exp_permenentes/003.pdf [s.d.]
- MARINHO, António Luís. *Operação Mar Verde: um documento para a história*. Lisboa, Círculo dos Leitores, 2005.
- NÔ PINTCHA. “Guiné- Bissau na hora di cambança” de 24 de Novembro 1980.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. Paris. Gallimard, 1984.
- PICKERING, Michael, KEIGHTLEY, Emily. “Communities of memory and the problem of transmission”, *European Journal of Cultural Studies*, 16(1), 2012. (115-131).
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”, *Estudos Históricos*. Vol 2, n° 3, 1989. (3-15).
- PORTUGAL. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*. vol.I. Lisboa: Comissão para o Estudo das Campanhas de África, 1988.
- RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate. “Os Netos que Salazar Não Teve: Guerra Colonial e Memória de Segunda Geração”, *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, Vol. 5, n° 11, 2013 (25-36).
- RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate. “Geometrias da Memória: configurações pós-coloniais” in RIBEIRO António Sousa; RIBEIRO Margarida Calafate (Org.), *Geometrias da Memória: Configurações Pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 2016. (5-11).
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2017), “Para além da memória da Casa do Império”, in CASTELO Claudia; JERÔNIMO, Miguel Bandeira (org.), *Casa dos Estudantes do Império. Dinâmicas Coloniais, Conexões Transnacionais*. Lisboa: Edições 70, 2017. (197-206).
- RODRIGUES, Fátima. “A desmobilização dos combatentes africanos das Forças Armadas Portuguesas da Guerra Colonial (1961-1974)”, *Ler História*, n.º 65, 2013. (61-76).

RODRIGUES, Fátima. *Antigos combatentes africanos das forças armadas portuguesas : a guerra colonial como território de (re)conciliação*. Lisboa, Camões- Instituto da Cooperação e da Língua, 2017.

ROTHBERG, Michael. *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford, Stanford University Press, 2009.

VECCHI, Roberto. “Pós-memória e Filomela: o bordado da violência e a legibilidade do trauma”, *Teoria e Historiografia. Debates Contemporâneos*, Jundiaí, Paco Editorial, 2015. (35-51).

Fátima da Cruz Rodrigues é investigadora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Doutorou-se pela Universidade de Coimbra com a tese *Antigos Combatentes Africanos das Forças Armadas Portuguesas*, vencedora do Prémio Fernão Mendes Pinto 2014. Os seus principais interesses de pesquisa prendem-se a problemáticas relacionadas com as guerras coloniais, memória e pós-memória, colonizações/descolonizações e pós-colonialismos, e crimes cometidos em contextos de guerras.

Contacto: fatimadacruzrodrigues@gmail.com

Recebido: 19.10.2020

Aceito: 03.11.2020